

AZ@BXL

Número: 311

Data: 2024.04.12

No título: [Grande Rota 02 - Etapa 1: Ponta dos Rosais – Santo Amaro](#)

Nota: A série atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A vigésima quarta edição aventura-se pelo trilho “Grande Rota 02 - Etapa 1: Ponta dos Rosais – Santo Amaro”, na ilha de São Jorge. Esta grande rota percorre, sensivelmente, metade da ilha, num percurso linear que liga a Ponta dos Rosais (no extremo oeste da ilha) à Fajã dos Cubres (na costa norte), com uma extensão total de 51,8 quilómetros.

*Este é um percurso que alterna entre o planalto da parte mais interior da ilha, onde nasceram os cones vulcânicos que geraram a ilha, com as vertentes escarpadas e muito altas que se despenham em pequenas áreas aplanadas ao nível do mar, resultando nas paisagens emblemáticas das Fajãs de São Jorge. Este grande trilho apresenta-se dividido em duas etapas, de aproximadamente 22 quilómetros e 30 quilómetros, respetivamente. A Etapa 1 liga a Ponta dos Rosais à freguesia de Santo Amaro. Inicie a caminhada junto às ruínas do Farol dos Rosais e o Ilhéu da Ponta dos Rosais. Inseridas no Monumento Natural da Ponta dos Rosais e geossítio homónimo, estas arribas de cerca de 200 metros de altura representam uma importante zona de nidificação de aves marinhas, como o cagarro (*Calonectris borealis*) e o frulho (*Puffinus baroli*).*

Siga as marcas passando por um desvio para uma antiga e recuperada Vigia da Baleia, de onde é possível avistar as ilhas do Pico e Faial a sul. Continue pela estrada de terra até chegar ao Parque Florestal das Sete Fontes, onde existem viveiros de plantas que depois são transplantadas para outros locais da ilha, mas também, infraestruturas de lazer como lagos, zonas de piquenique e locais de diversão infantil. Nesta fase, pode fazer um desvio, de ida e volta, até aos miradouros do Pico da Velha e o da Fajã de Ferrã Afonso, virados a norte com vista para as ilhas Graciosa e Terceira.

Com a ilha do Pico à sua frente, siga por um caminho descendente, com cautela devido ao piso escorregadio, para a freguesia dos Rosais. Neste local pode aproveitar para visitar o Centro de Exposição Rural (Edifício Sol). O percurso prossegue pela cordilheira central da ilha, em direção à Beira. Aproveite esta localidade para se abastecer no comércio local e prossiga viagem por um caminho de terra de acesso a campos de pastoreio, até chegar a Santo Amaro, local onde termina a etapa. É neste local que se inicia a próxima etapa da Grande Rota que liga Santo Amaro à Faja dos Cubres.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Parlamento Europeu valida acordo final do novo pacto sobre migração e asilo da União Europeia](#)

[Mulheres devem ter pleno controlo da sua saúde e direitos sexuais e reprodutivos](#)

[Parlamento aprova reforma do mercado da eletricidade da UE](#)

[Remoções de carbono: Parlamento Europeu adota primeiro sistema de certificação europeu](#)

[Ucrânia: Conselho apoia a renovação das medidas comerciais autónomas da UE](#)

[Parlamento Europeu adota a sua posição sobre a reforma farmacêutica da UE](#)

[Parlamento Europeu aprova propostas para reforçar a segurança marítima](#)

[Parlamento mais moderno e eficiente após as eleições](#)



15 a 18 de abril



Fórum Mundial da Economia Circular 2024

O [principal evento](#) mundial para pensadores, fazedores e líderes da economia circular chega a Bruxelas em abril de 2024, apresentando as soluções circulares mais impactantes de todo o mundo. A participação [em linha](#) está aberta a todos.

Até 16 de abril



5 milhões de euros para apoiar traduções literárias e promoção de livros no âmbito do novo convite à apresentação de propostas do programa Europa Criativa

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de propostas 2024 para a circulação de obras literárias europeias](#) no âmbito do programa Europa Criativa. Apoiada por um orçamento de 5 milhões de euros, esta iniciativa visa facilitar a tradução, publicação, distribuição e promoção de várias formas de obras europeias de ficção, incluindo romances, poesia e banda desenhada, através de aproximadamente 40 projetos. As entidades elegíveis, quer se candidatem individualmente ou como parte de um consórcio, são convidadas a desenvolver estratégias editoriais e promocionais abrangentes para projetos que envolvam pelo menos cinco obras de ficção elegíveis traduzidas de e para línguas elegíveis. A dimensão dos projetos apoiados varia entre projetos de pequena escala (até 10 livros, 100 mil euros), projetos de média escala (até 20 livros, 200 mil euros) e projetos de grande escala (pelo menos 21 livros, 300 mil euros). Os projetos devem respeitar as condições gerais de elegibilidade e incluir um mínimo de cinco traduções. O prazo para apresentação de candidaturas é 16 de abril de 2024. Para informações pormenorizadas e procedimentos de candidatura, visite a [página](#) do convite no Portal de Financiamento e Concursos da UE.

17 e 18 de abril



Reunião extraordinária do Conselho Europeu

Poderá consultar [aqui](#) todas as informações respeitantes a esta reunião.



160.ª reunião plenária do Comité das Regiões Europeu

Os membros do Comité das Regiões Europeu [reunir-se-ão](#) para a 160.ª reunião plenária nos dias 17 e 18 de abril de 2024. Principais temáticas: proteção social; biodiversidade; cooperação transfronteiriça e territorial; eficiência energética; mobilidade urbana; saúde pública; reforma da política de coesão.

18 de abril



Reunião de líderes: "Fit for the Future: Desafios globais, soluções regionais"

Esta reunião [foi](#) preparada por um esforço conjunto das administrações das regiões participantes no domínio da análise estratégica prospetiva. É essencial para o Governo flamengo cooperar com regiões fortes e inovadoras da UE. A elaboração de políticas a nível europeu beneficia de uma perspetiva regional. Nesta reunião, os líderes governamentais das regiões participantes procederão a uma frutuosa troca de pontos de vista sobre os desafios globais comuns e as potenciais oportunidades de cooperação, a fim de reforçar a resiliência regional e enviar um sinal forte à UE de que as principais alavancas para enfrentar os desafios globais estão nas mãos das regiões.

Até 19 de abril



Programa Jovens Políticos Eleitos oferece oportunidades aos líderes emergentes da UE

O Programa Jovens Políticos Eleitos (Young Elected Politicians – YEP) para 2024 está aberto a candidaturas. Dirigido a políticos nascidos depois de 1 de janeiro de 1989, com mandatos a nível local ou regional nos Estados-Membros da UE ou nos países candidatos, o programa oferece uma plataforma para a criação de redes, o intercâmbio de conhecimentos e o envolvimento na elaboração das políticas da UE.

Os participantes terão a [oportunidade](#) de interagir com os seus colegas e outros políticos, obter informações sobre a legislação e as oportunidades de financiamento da UE e representar as suas comunidades no Comité das Regiões. O programa, que decorre até à primavera de 2025, inclui eventos em linha e presenciais, permitindo flexibilidade aos participantes para participarem nas atividades do CoR. Os YEP selecionados podem também receber reembolsos das despesas de viagem e ajudas de custo. As candidaturas estão abertas até 19 de abril de 2024.

Até 25 de abril



Votação pública para selecionar o vencedor do prémio Natura 2000

A Comissão Europeia [lançou](#) a votação para selecionar o vencedor do [Prémio do Cidadão Europeu](#) no âmbito da edição de 2024 do [prémio Natura 2000](#), que assinala o 10.º aniversário do prémio. Até 25 de abril, pode votar aqui no seu finalista preferido. Com 96 candidaturas de 25 Estados-Membros, a edição de 2024 do prémio Natura 2000 foi um grande sucesso. Os 27 finalistas são iniciativas em sítios Natura 2000 na Bélgica, Estónia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Países Baixos. Estas iniciativas constituem exemplos concretos das muitas formas como a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável se podem apoiar mutuamente e contribuir para a criação de ecossistemas resilientes que beneficiem as pessoas, o clima e o planeta.

Até 30 de abril



Concurso para Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa 2026

A Comissão Europeia [lançou](#) um **convite à apresentação de propostas para que as cidades europeias empenhadas na sustentabilidade** se candidatem à edição de 2026 dos Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa. As cidades são convidadas a inscrever-se no concurso através [desta página Web](#) e podem enviar as suas candidaturas até 30 de abril de 2024. Mais informações nesta [notícia](#).



Consulta Pública sobre Ecologização das frotas empresariais

No âmbito do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente, as emissões dos transportes devem ser reduzidas em 90 % até 2050, em comparação com os níveis de 1990. Os mercados de frotas empresariais de veículos ligeiros e pesados acusam uma quilometragem anual elevada e um rápido ritmo de substituição dos veículos. Podem, portanto, encontrar-se bem posicionados para acelerar a transição para uma mobilidade de emissões nulas. Eventuais ações para acelerar esta adoção poderão complementar a aplicação das regras em vigor em matéria de emissões dos transportes rodoviários. A presente consulta [encerra](#) a 30 de abril.



Cursos de Língua Portuguesa nos Benelux

A Coordenação do Ensino Português no Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos informa que está aberto o período de [inscrições](#) para os cursos de língua portuguesa para o próximo ano letivo até ao dia 30 de abril. As novas inscrições poderão ser efetuadas em linha, localmente junto dos professores ou diretamente na Coordenação de Ensino.



Summer CEMP 2024 em Miranda do Douro: estão abertas as candidaturas

A sétima edição do [Summer CEMP](#), a escola de verão da [Representação da Comissão Europeia em Portugal](#), [terá](#) lugar em **Miranda do Douro**, no distrito de Bragança, entre os dias **28 e 31 de agosto de 2024**, com o apoio da [Câmara Municipal de Miranda do Douro](#) e a colaboração do centro [Europe Direct Bragança](#). A candidatura é feita através do preenchimento do [formulário](#) que inclui o envio de um vídeo ou de uma carta que exprima a motivação para participar no evento. As candidaturas devem cumprir o [regulamento](#) e chegar **até às 23h59 (hora de Lisboa) de 30 de abril de 2024** (este prazo pode ser antecipado, quando recebidas 120 candidaturas) para serem consideradas válidas. De todas as candidaturas válidas recebidas, serão selecionadas até 40 para participar, tendo em conta o perfil, motivação, contribuição para a diversidade no grupo e o potencial de mobilização para uma maior participação no projeto europeu. **Para quem?** Estudantes que frequentem um estabelecimento de ensino superior na União Europeia no **ano letivo 2023/2024** com até 30 anos. Podem candidatar-se estudantes de qualquer curso e de qualquer grau de ensino superior.

9 de maio



Dia da Europa 2024

O Dia da Europa [comemora](#) a assinatura da "Declaração Schuman" a 9 de maio de 1950. Tratou-se dum plano ambicioso para garantir a paz a longo prazo na Europa do pós-guerra, que é considerado o início do que é atualmente a União Europeia. Neste mês de maio, as instituições da UE convidam-no para uma vasta gama de atividades em todos os Estados-Membros da UE, bem como nas sedes das instituições da UE em Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo.



Projeto "YOUTH 4 OUTERMOST REGIONS" – Convite à apresentação de propostas

O [convite à apresentação de propostas](#) para [jovens ou equipas de jovens](#) e para [associações sem fins lucrativos ou estabelecimentos de ensino \(públicos ou privados\)](#) é divulgado no âmbito do projeto "YOUTH 4 OUTERMOST REGIONS". Oferece **apoio financeiro** na forma de subvenções a **jovens com idades entre os 15 e os 24 anos** que se candidatem individualmente ou em equipa, ou a **associações sem fins lucrativos ou estabelecimentos de ensino (públicos ou privados)** cujas atividades se desenvolvam com ou se dirijam a jovens. Os/as candidatos/as têm de ser **residentes legais de uma das nove regiões ultraperiféricas da União Europeia**: FRANÇA - Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Maiote, Ilha da Reunião, São Martinho; PORTUGAL - Açores, Madeira; ESPANHA - Ilhas Canárias. As ações devem contribuir para **melhorar a qualidade de vida de cidadãos e cidadãs** e fomentar o desenvolvimento local/regional, estando adaptadas à situação específica de cada região. As ações podem durar **ou 6 ou 10 meses** e dispor de um **orçamento entre 5 000 euros e 10 000 euros**.

Até 12 de maio



Prémios europeus da Produção Biológica

Estarão abertas, de 4 de março a 14 de maio, as candidaturas para a terceira edição dos prémios europeus da produção biológica. Estarão a concurso 8 prémios em 7 categorias diferentes. Reconhecem diferentes intervenientes ao longo da cadeia de valor biológica que tenham desenvolvido um projeto excelente, inovador, sustentável e inspirador que produza um verdadeiro valor acrescentado para a produção e o consumo biológicos. Estes prémios não são financeiros e serão atribuídos em 23 de setembro de 2024, que é o Dia Europeu dos Produtos Biológicos. Todas as informações [aqui](#).

Até 13 de maio



Observatório da Cadeia Agroalimentar da União Europeia

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de candidaturas](#) para a criação do [Observatório da Cadeia Agroalimentar da UE](#) (AFCO). A criação deste Observatório, que se debruçará sobre os custos de produção, margens e práticas comerciais, [foi anunciada em meados de março](#) como uma das medidas destinadas a reforçar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e a reforçar a confiança entre todos os intervenientes ao longo da cadeia.

O objetivo da sua criação passa por aumentar a transparência dos preços, da estrutura dos custos, da distribuição das margens e do valor acrescentado na cadeia de abastecimento, respeitando simultaneamente as regras de confidencialidade e de concorrência. A criação de confiança entre todas as partes interessadas e as autoridades públicas é essencial para garantir que todos os intervenientes sejam remunerados de forma justa pelas suas contribuições e trabalho na cadeia de abastecimento agroalimentar.

O convite à apresentação de candidaturas está aberto até 13 de maio. Para serem nomeadas, as organizações que se candidatarem devem estar inscritas no [Registo de Transparência](#). Prevê-se que o Observatório realize a sua primeira reunião em julho de 2024, presidida pela Direção-Geral da Agricultura da Comissão Europeia. O Observatório reunir-se-á, pelo menos, duas vezes por ano em plenário, podendo, se necessário, ser organizadas reuniões ad hoc adicionais sobre temas específicos.

Até 14 de maio



Promoção dos produtos agrícolas da UE

A política de promoção da UE visa ajudar os produtores europeus a venderem os seus produtos agrícolas num mercado mundial cada vez mais competitivo, contribuindo simultaneamente para a criação de emprego e para o crescimento a nível interno. Em 2024, a Comissão Europeia atribuirá 185,9 milhões de euros ao financiamento de atividades de promoção de produtos agroalimentares da UE que sejam sustentáveis e de elevada qualidade, quer na UE quer fora da UE. A Comissão adotou o programa de trabalho da política de promoção para 2024, que contribui para a realização das prioridades políticas da Comissão Europeia para 2019-24, em especial das prioridades da [Estratégia do Prado ao Prato](#). Os projetos de promoção selecionados em 2024 devem destacar e favorecer produtos que contribuam para os seguintes objetivos: incentivar práticas sustentáveis na agricultura da UE; melhorar o bem-estar dos animais; promover o consumo de fruta e produtos hortícolas frescos e regimes alimentares saudáveis e sustentáveis. As candidaturas terão de ser apresentadas até ao dia 14 de maio. Todas as informações [aqui](#).

Até 15 de maio



Novo convite à apresentação de projetos apoia organizações culturais que oferecem oportunidades de mobilidade a artistas

Está aberto o terceiro convite à apresentação de propostas da iniciativa [Culture Moves Europe](#) para apoiar as organizações que se preparam para acolher artistas e profissionais da cultura dos 40 países do programa Europa Criativa. Os candidatos selecionados receberão subvenções para ajudar a financiar o acolhimento, a mobilidade e o alojamento de, no máximo, cinco artistas e profissionais da cultura internacionais durante um período máximo de 180 dias.

O presente convite à apresentação de propostas para o maior programa de mobilidade cultural da UE está aberto a todos os potenciais anfitriões, incluindo organizações sem fins lucrativos, fundações, empresas e freelancers, sediados nos 40 países e provenientes dos sectores cultural e criativo, do espetáculo e das artes visuais, da música, do património cultural e da arquitetura, da moda, do *design* e da literatura. O programa de mobilidade oferecerá subvenções a cerca de 7 mil artistas, profissionais da cultura e organizações de acolhimento entre 2022 e 2025. O *Culture Moves Europe* é implementado pelo [Goethe-Institut](#). Mais informações sobre o *Culture Moves Europe* e o [convite à apresentação de candidaturas](#) estão disponíveis em linha.

24 de maio



11 milhões de euros de financiamento europeu para a informação audiovisual sobre assuntos europeus

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas, no valor de 11 milhões de euros, para apoiar a difusão de informação audiovisual independente sobre assuntos europeus por meios de comunicação social pan-europeus. Com o objetivo de aumentar a quantidade, a qualidade e o impacto deste tipo de informação, no maior número possível de línguas e países da UE e, em especial, nos casos em que essa informação é escassa, o convite divide-se em dois temas. O primeiro, no valor de 8 milhões de euros, destina-se aos meios de comunicação social que apresentem propostas para a produção e difusão de

programas e reportagens sobre assuntos europeus. Um montante adicional de 3 milhões de euros está disponível para propostas de serviços de informação nas línguas em que a cobertura mediática dos assuntos europeus é limitada (incluindo um serviço de informação internacional em húngaro) e/ou em que a diversidade dos conteúdos informativos da UE pode ser melhorada.

Os candidatos podem candidatar-se a qualquer um dos dois temas. A Comissão selecionará uma proposta para cada tema. O prazo para a apresentação de candidaturas é 24 de maio de 2024. As convenções de subvenção devem ser assinadas em setembro, devendo os projetos ter início em outubro de 2024. Mais informações sobre este convite à apresentação de propostas estão disponíveis [aqui](#).

29 e 30 de maio



Semana Verde 2024: rumo a uma Europa resiliente à água

Confrontada com crises recorrentes relacionadas com a água, esta edição da [conferência anual](#) irá debater o que é necessário para tornar a UE mais resistente à água. A conferência terá lugar entre quarta-feira, 29 de maio, e quinta-feira, 30 de maio. As inscrições para a conferência serão abertas em abril. A água é um recurso vital partilhado que deve ser transmitido de geração em geração e um dos elementos essenciais para as pessoas, o ambiente e uma economia justa, sustentável e resiliente.

Nos últimos anos, os cidadãos de diferentes partes do continente enfrentaram um surto de catástrofes naturais, como secas e inundações, que tornaram os desafios da UE em matéria de água ainda mais graves e desencadearam uma nova consciencialização para a necessidade de garantir uma Europa resiliente à água. As pressões sobre os recursos hídricos não se devem apenas aos impactos das alterações climáticas, mas também, em primeiro lugar, a décadas de má gestão estrutural deste precioso recurso e à poluição e degradação dos ecossistemas. Mas a resiliência da água não é apenas um desafio para a UE. A nível mundial, o ciclo da água está desequilibrado, intimamente ligado às alterações climáticas e à perda de biodiversidade, que se agravam mutuamente.

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.

Até 4 de junho



Melhor proteção dos tubarões graças a uma pesca e um comércio sustentáveis

A [consulta](#) é dirigida às partes interessadas, dentro e fora da UE, que estão envolvidas na conservação dos recursos marinhos (por exemplo, ONG e autoridades responsáveis), que têm um interesse económico nesta área (por exemplo, intervenientes no setor das pescas, sindicatos, indústria do turismo, operadores e autoridades dos Estados e regiões costeiras, etc.), que pertencem ao meio académico — entre os quais investigadores especializados em questões ambientais, económicas e sociais, incluindo a saúde pública, e que representam os consumidores. Mais pormenores [aqui](#).

Até 5 de junho



Estágios - proposta de diretiva

Esta iniciativa ajudará os Estados-Membros a melhorar as condições de trabalho dos estagiários e reforçar a aplicação dessas condições, bem como combater as práticas de fazer passar relações de trabalho regulares por estágios. Foi apresentada num pacote juntamente com uma proposta de revisão da Recomendação do Conselho de 2014 relativa a um Quadro de Qualidade para os Estágios. O objetivo é abordar questões de qualidade e inclusividade, tais como uma remuneração justa e o acesso à proteção social. Mais informações [aqui](#).

11 a 13 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2024

De 11 a 13 de junho, a [Semana Europeia da Energia Sustentável](#) reúne autoridades públicas, empresas privadas, ONG e consumidores para promover iniciativas que acelerem a descarbonização através de tecnologias e soluções ecológicas, com vista a uma transição justa e equitativa para as pessoas e empresas competitivas. Mais informações [aqui](#).

Até 8 de julho



Comissão lança um programa de formação destinado a estudantes de jornalismo e a jovens jornalistas para que aprendam todos os aspetos da política de coesão

A Comissão Europeia abriu um período de candidatura para a **8.ª edição do Youth4Regions**, um programa destinado a aspirantes a jornalistas. O programa oferece aos estudantes de jornalismo e aos jovens jornalistas uma semana de aprendizagem em Bruxelas, em outubro de 2024, durante a qual os candidatos selecionados participarão em sessões de formação, serão orientados e trabalharão com jornalistas mais experientes na redação e visitarão várias instituições da UE e organizações de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (jornalismo geral, fotojornalismo e videojornalismo) e devem ser apresentadas por estudantes de jornalismo e jovens jornalistas dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países em vias de adesão. Os trabalhos vencedores serão também considerados para o prestigiado [Prémio Megalizzi - Niedzielski](#), que será entregue em 9 de outubro de 2024 em reconhecimento do trabalho excepcional dos jovens jornalistas.

Youth4Regions é a iniciativa emblemática da Comissão para promover o crescimento de estudantes de jornalismo e jovens jornalistas, proporcionando-lhes uma exposição direta à UE. Desde a sua criação em 2017, **mais de 210 pessoas** de toda a Europa concluíram o programa, beneficiando das suas experiências enriquecedoras e conhecimentos valiosos. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis no sítio [Web do programa](#). O **período de candidatura permanece aberto até 8 de julho de 2024**. A Comissão cobrirá todos os custos do programa para os participantes.

Até 24 de setembro



Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão (MIE)

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de projetos](#) no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão - Mecanismo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF). Estão disponíveis mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos para os transportes rodoviários, marítimos, fluviais e aéreos ao longo da RTE-T, a rede transeuropeia de transportes: rede rodoviária - apoio a estações de recarga elétrica de alta potência e a estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como a estações de recarga de megawatts para veículos pesados; aeroportos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio; portos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio e, pela primeira vez, às instalações de reabastecimento de amoníaco e metanol.

7 a 10 de outubro



22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da “EURegionsWeek”? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da UE e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da UE e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da UE num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais. Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#).



Observatório da Cadeia Agroalimentar da União Europeia

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de candidaturas](#) para a criação do [Observatório da Cadeia Agroalimentar da UE](#) (AFCO). A criação deste Observatório, que se debruçará sobre os custos de produção, margens e práticas comerciais, [foi anunciada em meados de março](#) como uma das medidas destinadas a reforçar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e a reforçar a confiança entre todos os intervenientes ao longo da cadeia.

O objetivo da sua criação passa por aumentar a transparência dos preços, da estrutura dos custos, da distribuição das margens e do valor acrescentado na cadeia de abastecimento, respeitando simultaneamente as regras de confidencialidade e de concorrência. A criação de confiança entre todas as partes interessadas e as autoridades públicas é essencial para garantir que todos os intervenientes sejam remunerados de forma justa pelas suas contribuições e trabalho na cadeia de abastecimento agroalimentar.

O convite à apresentação de candidaturas está aberto até 13 de maio. Para serem nomeadas, as organizações que se candidatarem devem estar inscritas no [Registo de Transparência](#). Prevê-se que o Observatório realize a sua primeira reunião em julho de 2024, presidida pela Direção-Geral da Agricultura da Comissão Europeia. O Observatório reunir-se-á, pelo menos, duas vezes por ano em plenário, podendo, se necessário, ser organizadas reuniões ad hoc adicionais sobre temas específicos.

“Diretivas Pequeno-Almoço”: Parlamento Europeu adota novas regras para melhorar a informação junto aos consumidores

A revisão das "Diretivas Pequeno-Almoço" [visa](#) ajudar os consumidores a tomar decisões informadas e mais saudáveis sobre produtos como o mel, o sumo de fruta, as compotas e as marmeladas. O Parlamento Europeu aprovou na quarta-feira, por 603 votos a favor, 9 contra e 10 abstenções, o acordo político provisório com o Conselho sobre as regras atualizadas relativas à composição, denominação, rotulagem e apresentação de determinados géneros alimentícios ao pequeno-almoço, as chamadas "Diretivas Pequeno-Almoço".

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de diretiva que visa combater as importações de mel adulterado proveniente de países terceiros, através da rotulagem obrigatória e claramente visível do país de origem, e lançar um processo de criação de um sistema de rastreabilidade do mel. A rotulagem do teor de açúcar nos sumos de fruta será também mais clara, bem como o teor mínimo de fruta nos doces e marmeladas. Pode ler mais sobre as novas regras no [comunicado de imprensa após o acordo com os países da UE](#). O documento tem agora também de ser adotado pelo Conselho, antes de ser publicada no Jornal Oficial da UE e entrar em vigor 20 dias depois. Os países da UE terão de aplicar as novas regras dois anos após a sua entrada em vigor.

Comissão consulta os Estados-Membros sobre uma prorrogação limitada do quadro temporário de crise e transição relativos aos auxílios estatais, a fim de continuar a apoiar o setor agrícola

A Comissão Europeia [enviou](#) aos Estados-Membros, para consulta, um projeto de proposta de prorrogação limitada do [quadro temporário de crise e transição relativo aos auxílios estatais](#), a fim de manter o apoio ao setor agrícola primário, tendo em conta a continuação das perturbações do mercado.

A guerra da Rússia contra a Ucrânia e os seus efeitos diretos e indiretos criaram incertezas económicas significativas. Esta situação também perturbou os fluxos comerciais e as cadeias de abastecimento e, nas suas fases iniciais, provocou aumentos de preços excecionalmente elevados e inesperados, especialmente no setor do gás natural e da eletricidade, mas também em muitos outros *inputs*, matérias-primas e bens primários.

Na sua última reunião, realizada em 21 e 22 de março de 2024, o Conselho Europeu sublinhou a importância de um setor agrícola resiliente e sustentável para a segurança alimentar e a autonomia estratégica da UE, e convidou a Comissão a levar por diante os trabalhos para aliviar a pressão financeira sobre os agricultores, criando meios de apoio adicional, como a prorrogação do referido quadro.

Em resposta a um inquérito da Comissão, de 27 de março de 2024, sobre a expiração de algumas partes do quadro temporário de crise e transição relativo aos auxílios estatais, os Estados-Membros sublinharam que as perturbações do mercado resultantes da guerra da Rússia contra a Ucrânia persistem, afetando, em especial, o setor agrícola primário, que enfrenta desafios importantes e está sob pressão financeira.

Neste contexto, a Comissão decidiu consultar os Estados-Membros sobre uma prorrogação limitada para o setor agrícola primário da secção do referido quadro que atualmente permite aos Estados-Membros concederem até 30 de junho de 2024 montantes limitados de auxílio. A prorrogação limitada permitirá aos Estados-Membros continuarem a conceder montantes limitados de auxílio aos agricultores, sempre que necessário, e assegurar que as medidas de apoio à crise são aplicadas de forma eficaz.

O projeto de proposta da Comissão enviado aos Estados-Membros não afeta as restantes disposições do quadro temporário de crise e transição relativo aos auxílios estatais.

Os Estados-Membros têm agora a possibilidade de apresentar observações sobre o projeto de proposta da Comissão. A Comissão tenciona adotar as alterações limitadas ao referido quadro logo que possível, tendo em conta as observações recebidas dos Estados-Membros.



Ambiente

Comissão aprova alterações aos regimes de auxílios estatais neerlandeses para reduzir a deposição de azoto nas zonas de conservação da natureza

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras comunitárias em matéria de auxílios estatais, alterações a dois regimes neerlandeses existentes para compensar os criadores de bovinos pelo encerramento definitivo voluntário das suas explorações, com o objetivo de reduzir a deposição de azoto em zonas protegidas Natura 2000 sobrecarregadas.

A Comissão aprovou os regimes originais, designados **LBV** e **LBV plus**, a [2 de maio de 2023 \(SA.106555 e SA.106559\)](#). Os regimes estão abertos a **pequenos e médios criadores de animais** nos Países Baixos que **encerrem voluntária e irrevogavelmente os seus locais de recria**, sempre que a carga de deposição de azoto nesses locais exceda determinados níveis mínimos. Os Países Baixos notificaram à Comissão alterações aos regimes, que consistem principalmente num aumento orçamental de 602 milhões de euros para a **LBV** (de 500 milhões de euros para 1,10 mil milhões de euros) e de 845 milhões de euros para a **LBV plus** (de 975 milhões de euros para 1,82 mil milhões de euros). Tal permitirá compensar mais agricultores elegíveis ao abrigo dos regimes e encerrar mais sítios.

A Comissão avaliou os regimes alterados à luz das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em especial do [artigo 107.º, n.º 1, e do artigo 107.º, n.º 3, alínea c\), do TFUE](#), bem como das [Orientações relativas aos auxílios estatais nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais](#). A Comissão considerou que os regimes alterados continuam a ser necessários e adequados para atingir o objetivo pretendido, nomeadamente o desenvolvimento sustentável e respeitador do ambiente. A versão não confidencial das decisões será disponibilizada sob os números de processo SA.112538 e SA.112540 no [registo dos auxílios estatais](#) no sítio *Web* da Comissão dedicado [à concorrência](#), uma vez resolvidas as questões de confidencialidade.

Euro 7: Conselho adota novas regras sobre limites de emissões para automóveis, carrinhas e camiões

O Conselho adotou o Regulamento Euro 7, que estabelece [regras](#) sobre os limites de emissão dos veículos rodoviários e a durabilidade das baterias. Esta é a última etapa do processo de decisão.

O texto agora adotado abrange automóveis, carrinhas e veículos pesados num único ato jurídico e visa reduzir ainda mais as emissões de poluentes atmosféricos provenientes dos gases de escape e dos travões. O novo regulamento estabelece também requisitos mais rigorosos em termos de duração.

Remoções de carbono: Parlamento Europeu adota primeiro sistema de certificação europeu

O Parlamento Europeu [aprovou](#) a criação de um quadro europeu de certificação para as compensações de carbono, com o objetivo de as incentivar e ajudar a alcançar a neutralidade climática na UE até 2050. Na quarta-feira, o Parlamento Europeu adotou, por 441 votos a favor, 139 contra e 41 abstenções, o acordo político provisório alcançado com os países da UE sobre um novo quadro de certificação voluntária para as compensações de carbono.

A legislação abrange diferentes tipos de sequestro de carbono, como o armazenamento permanente de carbono, nomeadamente através de tecnologias industriais; o armazenamento de carbono em produtos sustentáveis; e o armazenamento de carbono no setor agrícola. O objetivo é reforçar a sua utilização e melhorar a capacidade da UE para medir, monitorizar e verificar estas atividades, a fim de combater o ecobranqueamento. Para mais informações sobre as novas regras, consultar o [comunicado de imprensa sobre o acordo com os países da UE](#). As novas regras devem agora ser adotadas pelo Conselho antes de ser publicada no Jornal Oficial da UE e entrar em vigor 20 dias após a publicação.

Novas regras da UE para melhorar o tratamento e a reutilização das águas residuais urbanas

Na quarta-feira, os eurodeputados [aprovaram](#) as novas regras da UE para a recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas. Com 481 votos a favor, 79 contra e 26 abstenções, o Parlamento adotou o [acordo alcançado com o Conselho](#) em janeiro de 2024 sobre a revisão das normas de gestão da água e de tratamento de águas residuais urbanas da UE para melhor proteger a saúde pública e o ambiente.

Até 2035, as águas residuais urbanas serão sujeitas a tratamento secundário (ou seja, a remoção de matéria orgânica biodegradável) antes de serem descarregadas no ambiente, em todas as aglomerações com uma dimensão igual ou superior a 1000 equivalentes de população (ou seja, unidade de medida padrão que descreve a poluição média libertada por uma pessoa por dia). Até 2039, o

tratamento terciário (ou seja, a remoção de azoto e fósforo) será aplicado em todas as estações de tratamento de águas residuais com um e.p. igual ou superior a 150 000 e, até 2045, nas que têm um e.p. igual ou superior a 10 000. Um tratamento adicional que remova um amplo espectro de micropoluentes ("tratamento quaternário") será obrigatório para todas as estações com um e.p. superior a 150.000 (e superior a 10.000 com base numa avaliação de risco) até 2045. A monitorização de vários parâmetros de saúde pública (como vírus conhecidos e agentes patogénicos emergentes), poluentes químicos, incluindo os chamados "químicos para sempre" (substâncias per e polifluoroalquílicas ou PFAS), microplásticos e resistência antimicrobiana serão rigorosamente monitorizados.

Saúde dos solos: Parlamento Europeu estabelece medidas para alcançar solos saudáveis até 2050

Para melhorar a saúde dos solos da UE, os eurodeputados [apoiam](#) os esforços para monitorizar e melhorar o estado ecológico dos solos na UE. Na quarta-feira, o Parlamento adotou a sua posição sobre a [proposta da Comissão](#) para uma legislação de Monitorização do Solo, o primeiro ato legislativo da UE dedicado aos solos, com 336 votos a favor, 242 contra e 33 abstenções.

Os eurodeputados apoiam o objetivo global de ter solos saudáveis até 2050, em linha com a [ambição da UE de poluição zero](#), e a necessidade de uma definição harmonizada de saúde do solo, bem como de um quadro de monitorização abrangente e coerente para promover a gestão sustentável do solos e remediar os sítios contaminados.

A nova legislação obrigará os países da UE a monitorizar primeiro e depois a avaliar a saúde de todos os solos no seu território. As autoridades nacionais podem aplicar os descritores de solo que melhor ilustram as características de cada tipo de solo a nível nacional. Os eurodeputados propõem uma classificação de cinco níveis para avaliar a saúde do solo (solos com estado ecológico elevado, bom, moderado, degradado e criticamente degradado). Os solos com um estado ecológico bom ou elevado seriam considerados saudáveis. O dossier será acompanhado pelo novo Parlamento após as eleições europeias de 6 a 9 de junho.



Coesão e solidariedade interna da UE

Novo inquérito Eurobarómetro mostra que uma Europa social forte é uma prioridade máxima para os cidadãos da UE

88% dos cidadãos europeus consideram que uma Europa social é importante para eles pessoalmente. Além disso, 60% dos inquiridos têm conhecimento de pelo menos uma iniciativa fundamental recente da UE para melhorar as condições de vida e de trabalho. Tal inclui a diretiva para assegurar salários mínimos adequados, a diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida privada que apoia os pais e cuidadores que trabalham ou os 142,7 mil milhões de euros de contribuições nacionais e da UE investidos ao abrigo do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) para melhorar as competências e combater a exclusão social.

Poderá encontrar informação adicional sobre este Novo Inquérito Eurobarómetro [aqui](#).



Cultura e Comunicação

Comissão lança um programa de formação destinado a estudantes de jornalismo e a jovens jornalistas para que aprendam todos os aspetos da política de coesão

A Comissão Europeia abriu um período de candidatura para a **8.ª edição do Youth4Regions**, um programa destinado a aspirantes a jornalistas. O programa oferece aos estudantes de jornalismo e aos jovens jornalistas uma semana de aprendizagem em Bruxelas, em outubro de 2024, durante a qual os candidatos selecionados participarão em sessões de formação, serão orientados e trabalharão com jornalistas mais experientes na redação e visitarão várias instituições da UE e organizações de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (jornalismo geral, fotojornalismo e videojornalismo) e devem ser apresentadas por estudantes de jornalismo e jovens jornalistas dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países em vias de adesão. Os trabalhos vencedores serão também considerados para o prestigiado [Prémio Megalizzi - Niedzielski](#), que será entregue em 9 de outubro de 2024 em reconhecimento do trabalho excecional dos jovens jornalistas.

Youth4Regions é a iniciativa emblemática da Comissão para promover o crescimento de estudantes de jornalismo e jovens jornalistas, proporcionando-lhes uma exposição direta à UE. Desde a sua criação em 2017, **mais de 210 pessoas** de toda a Europa concluíram o programa, beneficiando das suas experiências enriquecedoras e conhecimentos valiosos. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis no sítio [Web do programa](#). O **período de candidatura permanece aberto até 8 de julho de 2024**. A Comissão cobrirá todos os custos do programa para os participantes.



Defesa e Segurança

Declaração da comissária da Energia, Kadri Simson, sobre os níveis recorde de armazenamento de gás após o inverno na Europa

"A Europa está a emergir do seu segundo inverno desde a invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia. Apesar de muitos receios, somos mais fortes do que antes, com uma maior segurança e solidariedade energéticas e um cabaz energético mais limpo."

Em 31 de março, quando terminou a estação de aquecimento de inverno, as nossas instalações de armazenamento de gás atingiram mais de 58 %. Este é o nível mais elevado recorde nesta altura do ano.

Estes elevados níveis de armazenamento resultam do êxito da diversificação do aprovisionamento energético, dos esforços dos cidadãos e das empresas para reduzir a procura de gás e dos nossos investimentos em energias renováveis — os três pilares do nosso Plano REPowerEU.

O elevado nível de armazenamento de gás na Europa significa que os mercados são cada vez mais estáveis, os preços regressam aos níveis anteriores à guerra e a Europa pode começar a reabastecer-se com confiança na estação de aquecimento do próximo inverno.

Embora possamos orgulhar-nos da forma como a UE geriu a crise energética até à data, não há margem para complacência. Temos de continuar a apoiar os nossos cidadãos e a nossa indústria, bem como os nossos amigos ucranianos. A garantia da segurança energética e da competitividade da Europa, a redução dos preços e o avanço da transição para as energias limpas continuam a ser uma prioridade elevada.”.

Poderá encontrar [aqui](#) informação adicional.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

7 de outubro de 2023 ataques terroristas em Israel: Conselho sanciona três entidades por violência sexual e baseada no género generalizada

O Conselho decidiu incluir três entidades na lista do regime global de sanções da UE em matéria de direitos humanos, tendo em conta as suas responsabilidades nos ataques terroristas brutais e indiscriminados que ocorreram em Israel em 7 de outubro de 2023.

As [entidades](#) incluídas na lista são as Brigadas Al-Quds, o braço armado da organização terrorista Jihad Islâmica Palestiniana, designada pela UE; a Força Nukhba, uma unidade de forças especiais da organização terrorista Hamas, designada pela UE; e as Brigadas Qassam, o braço militar do Hamas.

Com estas inclusões na lista, as medidas restritivas ao abrigo do regime global de sanções da UE em matéria de direitos humanos aplicam-se agora a 104 pessoas singulares e coletivas e a 26 entidades de vários países.

Conselho adota assistência macrofinanceira de mil milhões de euros ao Egipto

A UE vai conceder mil milhões de euros de assistência macrofinanceira urgente a curto prazo ao Egipto para ajudar a estabilizar a sua economia.

A [ajuda](#) destina-se a fazer face à deterioração da situação macro-orçamental e às necessidades de financiamento do país nos últimos meses, nomeadamente após o início da guerra de Gaza, os ataques dos Houthi no Mar Vermelho e as repercussões da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Os mil milhões de euros de assistência a curto prazo fazem parte de um pacote de duas propostas para prestar assistência macrofinanceira ao Egipto. A segunda parte da operação, ainda a ser adotada, disponibilizará 4 mil milhões de euros para o período 2024-2027.

O Conselho acorda em aumentar as ações da UE no Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento

O Conselho adotou uma decisão que aumenta as participações da UE no capital do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Este [aumento](#) de capital deverá assegurar o apoio do Banco à resiliência e à reconstrução na Ucrânia para além de 2023 e a continuação do apoio em todos os seus países de atividade.

Ucrânia: Conselho apoia a renovação das medidas comerciais autónomas da UE

Os representantes dos Estados-Membros da UE (COREPER) [confirmaram](#) o acordo provisório alcançado no mesmo dia entre a Presidência do Conselho e os representantes do Parlamento Europeu para renovar a suspensão dos direitos de importação e dos contingentes aplicáveis às exportações ucranianas para a UE até **5 de junho de 2025**. Esta renovação reafirma o inabalável **apoio político e económico da UE à Ucrânia**, passados dois anos da agressão militar não provocada e injustificada da Rússia.

Ao mesmo tempo, a UE decidiu **aumentar a proteção dos produtos agrícolas sensíveis**, reforçando as salvaguardas já incluídas nas medidas comerciais autónomas atualmente em vigor, o que inclui ter em conta qualquer impacto negativo no mercado de um ou vários Estados-Membros e não apenas no mercado da UE no seu conjunto, como acontece atualmente. Será igualmente acrescentada uma nova salvaguarda automática para determinados produtos sensíveis, como aves de capoeira, ovos, açúcar, aveia, milho, grumos e mel.

As medidas comerciais autónomas permitirão à Ucrânia continuar a gerar as suas **próprias receitas** a partir dos fluxos comerciais com a UE, o que é importante para apoiar a sua economia. Juntamente com o amplo apoio militar, financeiro e humanitário da UE, tal ajudará a Ucrânia na sua recuperação a longo prazo, bem como na sua integração gradual no mercado interno da UE.

UE-América Central: Conselho dá luz verde a acordo de associação

O Conselho adotou uma decisão relativa à celebração do acordo que cria uma associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a América Central, por outro.

Esta é a última [etapa](#) do processo de ratificação do acordo, através do qual a UE e a América Central se comprometem a manter uma relação estreita e de longo prazo em todos os principais domínios políticos. Permitirá a plena aplicação do acordo no primeiro dia do mês seguinte ao da notificação pela UE aos seus homólogos centro-americanos. A plena entrada em vigor dará um importante impulso às relações bi-regionais.

O acordo tem por objetivo reforçar e consolidar as relações entre as partes através de uma associação baseada em três vertentes fundamentais que se reforçam mutuamente: o diálogo político, a cooperação e o comércio.



Economia, Comércio e Concorrência

Fundo de Recuperação: Conselho aprova conclusões sobre a avaliação intercalar do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

O Conselho aprovou conclusões sobre a avaliação intercalar do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Nas suas conclusões, o Conselho [reconhece](#) o contributo positivo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para as transições ecológica e digital e para outras prioridades da UE, e regista o incentivo à implementação das recomendações específicas por país, nomeadamente através de uma aceleração das reformas estruturais.

Painel de Avaliação dos Auxílios Estatais de 2023 revela redução das despesas com auxílios estatais em 2022, enquanto apoio às empresas em situação de crise prosseguiu

A Comissão Europeia publicou o [Painel de Avaliação dos Auxílios Estatais de 2023](#) relativo às despesas com auxílios estatais em 2022. O Painel de Avaliação dos Auxílios Estatais apresenta uma panorâmica abrangente das despesas relativas aos auxílios estatais da UE, com base nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros. A edição de 2023 mostra que, **apesar de uma forte redução das despesas com auxílios estatais em 2022, em comparação com 2021, os Estados-Membros continuaram a apoiar as empresas afetadas pelas crises provocadas** pela pandemia de coronavírus e pela guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Em 2022, os Estados-Membros comunicaram cerca de 228 mil milhões de EUR de despesas com auxílios estatais para todos os objetivos, incluindo medidas de crise relacionadas com a pandemia de coronavírus e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, bem como para todas as outras medidas, o que corresponde a 1,4 % do PIB da UE em 2022 e representa uma redução de 34,8 % em relação a 2021, onde as despesas atingiram os 349,7 mil milhões de EUR.

Os resultados mostram que 33,6 % deste apoio (76,65 mil milhões de EUR) ajudaram as empresas afetadas pela pandemia de COVID-19 a permanecerem viáveis, enquanto 17 % (39,33 mil milhões de EUR) corresponderam a medidas adotadas para contrabalançar os efeitos negativos da invasão russa da Ucrânia.



Educação

Ações Marie Skłodowska-Curie dedicam 443 milhões de EUR a programas de doutoramento que formarão 1 900 estudantes de doutoramento altamente qualificados

A Comissão Europeia [anunciou](#) os resultados do convite à apresentação de propostas das Ações Marie Skłodowska-Curie 2023 para [redes de formação de doutoramento](#). Com um orçamento total de 443 milhões de euros do Horizonte Europa, o programa de investigação e inovação da UE, as Ações Marie Skłodowska-Curie financiarão 128 programas de excelência que formarão e desenvolverão as competências de 1900 estudantes de doutoramento, reforçando a sua capacidade de inovação e aumentando a sua empregabilidade.

Línguas estrangeiras no ensino secundário, superior em 2022

Em 2022, 60,8 % dos alunos do ensino secundário geral em toda a [UE estudaram](#) 2 ou mais línguas estrangeiras como disciplinas obrigatórias ou como opções curriculares obrigatórias, uma diminuição de apenas 0,2 [pontos percentuais](#) em comparação com 2021 (61,0 %). No [ensino secundário profissional](#), esta percentagem foi de 33,8%, o que representa uma diminuição de 1,1 pontos percentuais em relação a 2021 (34,9%).

Em 9 países da UE, mais de 90% dos alunos do ensino secundário geral estudaram 2 ou mais línguas estrangeiras. É o caso de quase todos os alunos do ensino secundário geral em França (99,7%), na Roménia e na Eslováquia (ambos com 98,9%) e na Chéquia (98,8%). Em contrapartida, Portugal (7,5%), Irlanda (9,4%) e Itália (24%) registam as percentagens mais baixas de alunos que estudam 2 ou mais línguas estrangeiras.

No que diz respeito ao ensino profissional de nível secundário superior, a Roménia foi o único país da UE onde quase todos os alunos (97,1%) estudaram 2 ou mais línguas estrangeiras em 2022, seguida da Finlândia (86,1%), da Polónia (75,9%) e do Luxemburgo (75,5%). As percentagens mais baixas de estudantes que estudam 2 ou mais línguas estrangeiras foram observadas entre os estudantes do ensino profissional em Malta (0,0%), Espanha (0,2%) e Alemanha e Grécia (0,8% cada).



Emprego e Demografia

Migração legal: O Conselho dá luz verde a uma autorização única de trabalho e de permanência para os nacionais de países terceiros

O Conselho adotou uma revisão da Diretiva Autorização Única. A lei, que atualiza a diretiva de 2011 atualmente em vigor, visa atrair as competências e os talentos de que a UE necessita e colmatar as lacunas no que respeita à migração legal para a UE.

A diretiva [estabelece](#) o procedimento administrativo para uma autorização única, tanto para o direito de trabalhar como para o direito de permanecer na UE, e determina um conjunto comum de direitos para os trabalhadores de países terceiros. A revisão prevê um procedimento de candidatura mais curto e tem por objetivo reforçar os direitos dos trabalhadores de países terceiros, permitindo uma mudança de empregador e um período limitado de desemprego.



Energia

Adoção da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios para reduzir as faturas de energia e reduzir as emissões

A Comissão congratula-se com a adoção da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios reforçada, outro marco do Pacto Ecológico Europeu. Esta legislação [estabelece](#) o quadro para os Estados-Membros reduzirem as emissões e o consumo de energia nos edifícios em toda a UE, desde habitações e locais de trabalho até escolas, hospitais e outros edifícios públicos. Tal contribuirá para melhorar a saúde e a qualidade de vida das pessoas. A diretiva revista estabelece metas ambiciosas para reduzir a utilização global de energia dos edifícios em toda a UE, tendo em conta as especificidades nacionais. Deixa nas mãos dos Estados-Membros quais os edifícios a visar e quais as medidas a tomar. Impulsionará a procura de tecnologias limpas na Europa e criará emprego, investimento e crescimento.

Comissão faz balanço dos diálogos sobre a transição para energias limpas com a indústria e os parceiros sociais da UE

A Comissão Europeia adotou uma [comunicação](#) que faz o balanço de uma série de diálogos sobre a transição para energias limpas centrados na transformação da Europa numa economia limpa, justa, competitiva e eficiente em termos de recursos. A presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, anunciou o lançamento dos diálogos no seu discurso sobre o estado da União de 2023, a fim de debater com a indústria e os parceiros sociais europeus a forma de reforçar e apoiar a aplicação do Pacto Ecológico Europeu, o que contribuirá para uma abordagem industrial reforçada. Os diálogos foram presididos pelo vice-presidente executivo Maroš Šefčovič. O balanço de hoje contribuirá para os debates entre os dirigentes da UE sobre as próximas etapas da transição da Europa para as energias limpas, no âmbito do próximo Conselho Europeu.

Até à data, realizaram-se nove diálogos sobre a transição para energias limpas. **A indústria e os parceiros sociais confirmaram um forte empenho na definição e aplicação do Pacto Ecológico Europeu.** Os parceiros sociais salientaram a importância de **garantir a equidade social da transição, a fim de criar empregos de qualidade**, bem como a necessidade de reforçar o diálogo social estruturado. Os diálogos centraram-se no hidrogénio, nos setores energeticamente intensivos, nas tecnologias limpas, nas infraestruturas energéticas, nas matérias-primas críticas, na bioeconomia florestal, nas cidades, na mobilidade limpa e no aço.

Metano: Parlamento Europeu adota nova legislação para reduzir as emissões do setor energético

A nova legislação [vai](#) permitir que a UE reduza as emissões de metano do setor energético para atingir os objetivos climáticos da UE e melhorar a qualidade do ar. O Parlamento Europeu aprovou na quarta-feira um acordo político provisório com os países da UE sobre uma nova lei para reduzir as emissões de metano do sector energético, com 530 votos a favor, 63 contra e 28 abstenções. O novo regulamento é o primeiro ato legislativo da UE destinado a reduzir as emissões de metano e abrange as emissões diretas de metano dos setores do petróleo, do gás fóssil e do carvão, bem como do biometano, uma vez injetado na rede de gás. Pode ler mais sobre as novas regras no [comunicado de imprensa após o acordo com os países da UE](#).

Parlamento aprova reforma do mercado da eletricidade da UE

A legislação para reformar o mercado da eletricidade da UE, [adotada](#) esta quinta-feira, vai proteger os consumidores contra a volatilidade dos preços. As medidas, compostas por um regulamento e uma diretiva, já negociadas entre o Parlamento e o Conselho, foram adotadas por 433 votos a favor, 140 contra e 15 abstenções e por 473 a favor, 80 contra e 27 abstenções, respetivamente. A nova lei vai tornar o mercado mais estável, acessível e sustentável. Os eurodeputados garantiram que os consumidores terão o direito de aceder a contratos a preço fixo ou a contratos a preços dinâmicos e a receberem informações importantes sobre as opções a que subscrevem. Os fornecedores não poderão alterar unilateralmente os termos de um contrato.

Os eurodeputados também garantiram que os países da UE podem proibir os fornecedores de cortar o fornecimento de eletricidade a clientes vulneráveis, inclusive durante litígios entre fornecedores e clientes. A legislação prevê os chamados «contratos por diferenças», ou regimes equivalentes com os mesmos efeitos, para incentivar o investimento em energia. Num contrato por diferenças, uma autoridade pública compensa o produtor de energia se os preços de mercado baixarem de forma demasiado acentuada, mas cobra os pagamentos dos mesmos se os preços forem demasiado elevados. A utilização de contratos por diferenças será permitida em todos os investimentos na nova produção de eletricidade, tanto a partir de energia renovável como nuclear.

O texto estabelece um quadro para adotar medidas no âmbito de uma crise dos preços da eletricidade. Numa situação de preços muito elevados e em determinadas condições, a UE pode declarar uma crise de preços da eletricidade a nível regional ou da UE, permitindo que os Estados-Membros tomem medidas temporárias para fixar os preços para as PME e os consumidores industriais com utilização intensiva de energia.

Parlamento Europeu adota reformas para um mercado do gás da UE mais sustentável e resiliente

Os eurodeputados [aprovaram](#) medidas, esta quinta-feira, para facilitar a aceitação de gases renováveis e hipocarbónicos, incluindo o hidrogénio, no mercado de gás da União Europeia. A reformulação da diretiva e do regulamento sobre os mercados do gás e do hidrogénio contribui para descarbonizar o setor energético da UE, reforçando a produção e a integração de gases renováveis e hidrogénio.

Estas medidas destinam-se a garantir o aprovisionamento energético, que foi perturbado pelas tensões geopolíticas, em particular pela guerra da Rússia contra a Ucrânia, e a fazer face às alterações climáticas. Nas negociações com o Conselho sobre a diretiva, os eurodeputados garantiram disposições em matéria de transparência, direitos dos consumidores e apoio às pessoas em risco de pobreza energética. O plenário adotou a diretiva por 425 votos a favor, 64 votos contra e 100 abstenções.

O regulamento, adotado por 447 votos a favor, 90 votos contra e 54 abstenções, reforça os mecanismos de fixação de preços justos e de aprovisionamento energético estável e permitirá que os Estados-membros limitem as importações de gás da Rússia e da Bielorrússia. A legislação introduzirá um sistema conjunto de aquisição de gás para evitar a concorrência entre os países da UE e um projeto-piloto para reforçar o mercado do hidrogénio da UE durante cinco anos. O regulamento centra-se igualmente no aumento dos investimentos em infraestruturas de hidrogénio, especialmente nas regiões carboníferas, promovendo a transição para fontes de energia sustentáveis, como o biometano e o hidrogénio hipocarbónico.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Abuso sexual de crianças em linha: regras atuais prorrogadas até abril de 2026

Na quarta-feira, o Parlamento Europeu [aprovou](#) a prorrogação, até 3 de abril de 2026, de uma derrogação às regras de privacidade da UE que facilita a deteção de material de abuso sexual de crianças em linha. Com 469 votos a favor, 112 contra e 37 abstenções, os eurodeputados aprovaram uma prorrogação temporária da atual derrogação à privacidade eletrónica que permite a deteção voluntária, pelas plataformas da Internet, de material pedopornográfico em linha. A derrogação será prorrogada até 3 de abril de 2026, para que se possa chegar a um acordo sobre o quadro jurídico a longo prazo para prevenir e combater o abuso sexual de crianças em linha. Ao mesmo tempo, será harmonizada a comunicação das medidas voluntárias adotadas pelas empresas para encontrar CSAM. [Segundo a Comissão](#), os relatórios têm sido inconsistentes até agora, o que dificulta a avaliação do impacto da atual legislação.

Criminalidade organizada: Conselho dá luz verde à legislação comunitária sobre recuperação e confisco de activos

O Conselho adotou uma lei que estabelece regras mínimas a nível da UE em matéria de deteção, identificação, congelamento, confisco e gestão de bens de origem criminosa relacionados com um vasto leque de crimes.

A diretiva irá equipar melhor os Estados-Membros na sua luta contra a criminalidade organizada e os lucros ilegais que lhe estão associados. Obrigará também os países da UE a garantir que as autoridades disponham dos recursos necessários para as suas atividades. As regras aplicar-se-ão igualmente à violação de sanções.

O Conselho dá a aprovação final para a introdução de infrações penais e sanções pela violação das sanções da UE

O Conselho adotou uma lei que estabelece regras mínimas a nível da UE para a repressão da violação ou contorno das sanções da UE nos Estados-Membros.

Certas ações passarão a ser [consideradas](#) infrações penais em todos os Estados-Membros, por exemplo, ajudar a contornar uma proibição de viajar, comercializar bens sujeitos a sanções ou realizar atividades financeiras proibidas. O incitamento, a ajuda e a cumplicidade nestas infrações também podem ser penalizados.

Mulheres devem ter pleno controlo da sua saúde e direitos sexuais e reprodutivos

Os eurodeputados [instam](#) o Conselho a acrescentar os cuidados de saúde sexual e reprodutiva e o direito ao aborto seguro e legal à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Numa resolução aprovada, quinta-feira, com 336 votos a favor, 163 contra e 39 abstenções, os eurodeputados querem consagrar o direito ao aborto na [Carta dos Direitos Fundamentais da UE](#) — uma [exigência que fizeram repetidamente](#). Os eurodeputados condenam o retrocesso nos direitos das mulheres e todas as tentativas de restringir ou eliminar as proteções existentes para a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos e a igualdade de género que ocorrem a nível mundial, incluindo nos países da UE.

Os eurodeputados pretendem que o Artigo 3.º da Carta seja alterado para estabelecer que «todas as pessoas têm direito à autonomia sobre o corpo, ao acesso gratuito, informado, pleno e universal à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos e a todos os serviços de saúde conexos, sem discriminação, incluindo o acesso ao aborto seguro e legal».

No texto, é pedido aos países da UE a descriminalizarem totalmente o aborto, de acordo com as diretrizes da [Organização Mundial da Saúde](#), e a removerem e combaterem os obstáculos ao aborto. Os eurodeputados condenam o facto de, em alguns países da UE, o aborto estar a ser negado por médicos e, em alguns casos, por instituições médicas inteiras, com base numa cláusula de «consciência», muitas vezes em situações em que qualquer atraso pode pôr em perigo a vida ou a saúde do doente.



Habitação

Rumo a edifícios com emissões zero até 2050: O Conselho adota regras para melhorar o desempenho energético

O Conselho adotou formalmente uma diretiva revista sobre o desempenho energético dos edifícios. A diretiva ajudará a [reduzir](#) as emissões de gases com efeito de estufa e a pobreza energética na UE.

Atualmente, os edifícios são responsáveis por mais de um terço das emissões de gases com efeito de estufa na UE. De acordo com as novas regras, até 2030 todos os novos edifícios deverão ser edifícios com emissões zero e, até 2050, o parque imobiliário da UE deverá ser transformado num parque imobiliário com emissões zero.

Para os edifícios não residenciais, a diretiva revista introduz normas mínimas de desempenho energético que garantem que esses edifícios não excedem a quantidade máxima especificada de energia primária ou final que podem consumir anualmente por m2. De acordo com as novas regras, em 2030 todos os edifícios não residenciais estarão acima dos 16% de edifícios com pior desempenho e, em 2033, acima dos 26% de edifícios com pior desempenho em termos de desempenho energético. Isto conduzirá a uma eliminação gradual dos edifícios não residenciais com pior desempenho.

Os Estados-Membros também se certificarão de que o consumo médio de energia primária dos edifícios residenciais será reduzido em 16% em 2030 e em 20-22% em 2035. Pelo menos 55% da redução de energia será conseguida através da renovação dos 43% de edifícios residenciais com pior desempenho.

A fim de descarbonizar o sector da construção, os planos nacionais de renovação de edifícios incluirão um roteiro com vista à eliminação progressiva das caldeiras alimentadas a combustíveis fósseis até 2040.

A diretiva será agora assinada e publicada no Jornal Oficial da UE. Os Estados-Membros disporão de dois anos para incorporar as disposições da diretiva na sua legislação nacional.



Igualdade de género, LGBTQI, Inclusão social e Migrações

Parlamento valida acordo final do novo pacto sobre migração e asilo da União Europeia

O Parlamento Europeu [aprovou](#), esta quarta-feira, dez textos legislativos para reformar a política europeia de migração e asilo, como acordado com os Estados-Membros da UE em dezembro. Para ajudar os Estados-Membros sujeitos a pressões migratórias, os outros países da UE irão contribuir para a recolocação de requerentes de asilo ou de beneficiários de proteção internacional no seu território, de contribuições financeiras ou da prestação de apoio operacional e técnico. Serão também atualizados os critérios segundo os quais um Estado-Membro é responsável pela análise dos pedidos de proteção internacional (as chamadas regras de Dublin).

A proposta, por exemplo, relativa ao Regulamento sobre a gestão do asilo e da migração, cuja equipa do Parlamento Europeu foi liderada pelo relator [Tomas Tobé](#) (PPE, Suécia), foi apoiado por 322 votos a favor, 226 votos contra e 31 abstenções. [Mais informações sobre o Regulamento sobre a gestão do asilo e da migração.](#)

Uma vez formalmente aprovado pelo Conselho, a legislação entrará em vigor após terem sido publicadas no Jornal Oficial. Os regulamentos deverão começar a ser aplicados dentro de dois anos. No que respeita à diretiva relativa às condições de acolhimento, os Estados-Membros terão de dois anos para fazer as alterações das respetivas legislações nacionais.

Ao adotar o presente relatório, o Parlamento está a responder às expectativas dos cidadãos no sentido de reforçar o papel da UE no combate a todas as formas de migração irregular e reforçar a proteção das fronteiras externas da União Europeia, respeitando simultaneamente os direitos humanos. Também está a aplicar regras comuns em todos os Estados-Membros sobre o primeiro acolhimento de migrantes, a reforçar o papel da UE e a reformar o sistema europeu de asilo com base nos princípios da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades, conforme expresso nas propostas 42.2, 43.1, 43.2, 44.1, 44.2, 44.3 e 44.4 das [conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa](#).



Indústria

Emissões industriais: O Conselho aprova regras atualizadas para melhor proteger o ambiente

O Conselho adotou a diretiva revista relativa às emissões industriais e o regulamento relativo à criação de um portal das emissões industriais, dois atos legislativos complementares destinados a regulamentar e monitorizar o impacto ambiental das atividades industriais.

As novas regras proporcionarão uma melhor proteção da saúde humana e do ambiente através da redução das emissões nocivas das instalações industriais, promovendo simultaneamente a eficiência energética, a economia circular e a descarbonização.

Melhorarão também a comunicação de dados ambientais, atualizando o atual registo europeu de emissões e transferências de poluentes, a fim de criar um portal de emissões industriais mais abrangente e integrado.

Comissão aprova um regime de auxílios estatais alemão no valor de 2,2 mil milhões de euros para apoiar a descarbonização dos processos industriais, a fim de promover a transição para uma economia de emissões líquidas nulas

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime alemão de auxílios estatais no valor de **2,2 mil milhões de euros** para apoiar **investimentos na descarbonização de processos de produção industrial**, a fim de promover a transição para uma economia de emissões líquidas nulas, em conformidade com o [Plano Industrial do Pacto Ecológico](#). O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário](#) relativo aos auxílios estatais à [crise e à transição](#), adotado pela Comissão em [9 de março de 2023](#) e alterado em [20 de novembro de 2023](#), para apoiar medidas em setores essenciais para acelerar a transição ecológica e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

A Alemanha notificou à Comissão, no âmbito do Quadro Temporário para a Crise e a Transição, um regime de 2,2 mil milhões de euros para apoiar i) investimentos na eletrificação de processos industriais, bem como ii) investimentos que permitam a substituição de combustíveis fósseis por hidrogénio renovável ou combustíveis derivados de hidrogénio renovável, a fim de promover a transição para uma economia líquida nula.



Instituições/ UE

Parlamento 2024: um Parlamento mais moderno e eficiente após as eleições

O novo regulamento interno vai reforçar os métodos de trabalho, o papel institucional e a capacidade de ação do Parlamento Europeu. Na quarta-feira, os eurodeputados [aprovaram](#) (por 429 votos a favor, 148 contra e 47 abstenções) o relatório que implementa as recomendações do grupo de reforma parlamentar "[Parlamento 2024](#)", tal como aprovado pela Conferência dos Presidentes (a presidente do PE, Metsola, e os presidentes dos grupos políticos) em dezembro de 2023.

As reformas vão melhorar o funcionamento do Parlamento enquanto colegislador, ramo da autoridade orçamental e autoridade de quitação, bem como a sua capacidade de exercer o controlo democrático e responsabilizar as outras instituições, em particular a Comissão. Estão igualmente previstas melhorias nas sessões plenárias.

Ao comentar as reformas, a presidente do Parlamento Europeu, [Roberta Metsola](#), afirmou: "Desde a minha eleição em 2022, assumi como prioridade a modernização do Parlamento Europeu. Estas reformas tornarão esta Assembleia mais eficiente e eficaz. Com estas medidas em vigor, o Parlamento Europeu estará numa base muito mais sólida a partir da próxima legislatura".

Quitação: Eurodeputados aprovam orçamento da União Europeia para 2022

O Parlamento Europeu [deu](#) quitação à Comissão, a todas as agências descentralizadas e aos fundos de desenvolvimento. Com mais de 95 % das despesas da UE geridas pela Comissão Europeia, os deputados ao Parlamento Europeu aprovam, de um modo geral, a sua gestão orçamental (por 438 votos a favor, 167 votos contra e cinco abstenções), mas criticam a elevada taxa de erro nas despesas de 2022. Este valor aumentou para 4,2 %, face a 3 % em 2021 e 2,7 % em 2020, o que levou os eurodeputados a alertarem para a subestimação do nível de risco. Do mesmo modo, as autorizações por liquidar da UE em 2022 atingiram um nível recorde (450 mil milhões de euros, em grande parte devido ao pacote NextGenerationEU).

Na resolução que acompanha a decisão de quitação, os eurodeputados lamentam a «contradição», do ponto de vista político, do desembolso dos fundos anteriormente suspensos à Hungria em troca da aprovação da ajuda à Ucrânia. Pedem à Comissão para «não diluir o ritmo e a ambição» para alcançar os objetivos climáticos da UE e solicitam que se acelerem os investimentos, observando que, em 2022, a União Europeia ficou aquém da eficiência necessária para alcançar os objetivos fixados para 2030, 2040 e 2050.

Entrada em vigor do Regulamento Europa Interoperável para melhorar a ligação entre os serviços públicos para as pessoas e as empresas

O Regulamento Europa Interoperável, que [entrou](#) agora em vigor, facilitará o intercâmbio transfronteiriço de dados e acelerará a transformação digital do setor público. O ato legislativo é essencial para alcançar os objetivos da Década Digital da UE, como a disponibilização em linha de 100 % dos serviços públicos essenciais até 2030. A interoperabilidade é uma característica fundamental de um mercado único digital funcional e contribui para uma aplicação mais eficaz das características digitais das políticas públicas, da justiça à saúde aos transportes.

Os cidadãos, as empresas e as administrações públicas beneficiarão a maior parte do novo regulamento quando utilizam serviços públicos digitais interligados que exigem o intercâmbio transfronteiriço de dados. Exemplos desses serviços incluem o reconhecimento mútuo de diplomas académicos ou qualificações profissionais, o intercâmbio de dados dos veículos para efeitos de segurança rodoviária, o acesso a dados de segurança social e de saúde, o intercâmbio de informações relacionadas com a fiscalidade, as alfândegas, a acreditação de concursos públicos, as cartas de condução digitais e os registos comerciais. De acordo com a [avaliação de impacto](#), a lei deverá poupar até 5 mil milhões de euros numa base anual.

O ato legislativo será aplicado através de um conjunto de medidas fundamentais: a criação de um quadro de cooperação a vários níveis que reúna os mais altos funcionários da administração pública digital dos Estados-Membros, bem como uma vasta comunidade da sociedade civil, peritos, académicos e intervenientes locais, a fim de definir uma agenda comum de interoperabilidade e um ecossistema evolutivo de soluções comuns de interoperabilidade. Este quadro será dirigido pelo Comité Europa Interoperável e apoiado pela Comunidade Europa Interoperável; a introdução de avaliações obrigatórias da interoperabilidade para criar serviços

públicos interoperáveis desde a conceção; o «[Portal Europa Interoperável](#)», um balcão único para incentivar a partilha e a reutilização de soluções de interoperabilidade fiáveis e de elevada qualidade entre as administrações públicas; e, o reforço dos mecanismos de inovação e apoio às políticas, incluindo formação, ambientes de testagem da regulamentação para a experimentação de políticas, [GovTech](#) público-privada e projetos de apoio à execução de políticas, a fim de desenvolver, testar e expandir soluções.

O regulamento aplica-se aos organismos do setor público, incluindo as instituições e organismos da UE. A aplicação do Regulamento Europa Interoperável será financiada através do [Programa Europa Digital](#) (DIGITAL).

No que se refere aos próximos passos, e seguindo o calendário definido no regulamento, a maioria das disposições será aplicável no prazo de 3 meses a contar da data de entrada em vigor. A título excecional: as instituições, organismos e agências europeus e organismos do setor público realizarão avaliações da interoperabilidade a partir de janeiro de 2025; e, os Estados-Membros designarão as autoridades nacionais competentes 9 meses após a data de entrada em vigor do regulamento, até janeiro de 2025.



Mar e pescas

Parlamento Europeu aprova propostas para reforçar a segurança marítima

Investigações mais rápidas de acidentes, inspeções de segurança mais amplas e regras mais rigorosas sobre a poluição vão reforçar a segurança marítima na UE, dizem os eurodeputados. Na quarta-feira, os eurodeputados [apoiaram](#) quatro [propostas legislativas](#) para modernizar e reforçar as regras da UE relativas à segurança marítima e prevenção da poluição.

Para tornar as investigações de acidentes marítimos mais rápidas e eficientes, aprender com o passado e evitar futuros incidentes, as investigações devem começar dentro de dois meses e terminar no prazo de 12 meses a contar da data do acidente ou incidente. A [atualização das regras da UE que regem a investigação de acidentes marítimos](#), negociada pela relatora do Parlamento Europeu, [Caroline Nagtegaal](#) (Renew, Países Baixos), e apoiada por 613 votos a favor, três votos contra e sete abstenções, prevê igualmente que as condições de trabalho e de vida da tripulação, que poderiam ter afetado o acidente, devem ser parte da investigação.

Liderados pela relatora do Parlamento Europeu, [Vera Tax](#) (S&D, Países Baixos), os eurodeputados também adotaram [alterações às obrigações para os Estados de bandeira](#) relativas às inspeções (590 votos a favor, 20 contra e 10 abstenções) e às regras de controlo pelo Estado do porto (593 votos a favor, três contra e 28 abstenções). Os eurodeputados obrigaram os Estados de bandeira - que assumem a primeira responsabilidade de que um navio que arvore a sua bandeira respeita as normas internacionais de segurança - a verificar os seus navios pelo menos uma vez de cinco em cinco anos. As suas inspeções serão centradas não só na segurança, mas também no desempenho ambiental dos navios, nas condições sociais das tripulações que efetuam qualquer tipo de viagem internacional. Para apoiar avanços rumo à digitalização marítima, melhorar a transparência e facilitar a monitorização, será criada uma base de dados da UE sobre os navios que arvoram a bandeira de um Estado-Membro, no prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor das novas regras. No que diz respeito à segunda linha de defesa da segurança marítima, a [inspeção pelo Estado do porto](#), as novas regras terão critérios atualizados que permitem direcionar os navios para inspeção nos portos. Os eurodeputados garantiram que as deficiências ambientais dos navios terão mais peso na determinação do seu perfil de risco. Conseguiram também acrescentar uma cláusula de revisão, de modo a permitir integrar nos parâmetros ambientais o indicador de intensidade carbónica, assim que a Organização Marítima Internacional conclua os seus trabalhos.



Mobilidade

UE incentiva a mobilidade sem emissões através do financiamento de 42 projetos num montante superior a 424 milhões de euros

A Comissão Europeia [anunciou](#) a seleção de 42 novos projetos para a construção de infraestruturas de combustíveis alternativos, que beneficiarão de um apoio comunitário de mais de 424 milhões de euros. Estes projetos contribuirão para a instalação de pontos de carregamento elétrico e de estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como para a eletrificação de aeroportos, aproximando a Europa dos seus objetivos do Pacto Ecológico. O financiamento provirá do Fundo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (FIAC), que faz parte do Mecanismo Interligar Europa (MIE).

Motoristas de autocarros turísticos: Conselho adota nova lei para melhorar as suas condições de trabalho

Para melhorar a segurança rodoviária e as condições de trabalho dos motoristas que prestam serviços ocasionais de transporte em autocarro na Europa, o Conselho adotou hoje uma revisão das regras de 2006 relativas aos tempos de condução e aos períodos de repouso no sector do transporte ocasional de passageiros.

A [legislação](#) revista consiste em alterações específicas ao regulamento de 2006 destinadas a introduzir uma certa flexibilidade bem definida, por derrogação e à discrição do condutor, nas disposições relativas aos períodos de pausa e de repouso dos condutores profissionais que efetuam transportes ocasionais de passageiros, como os autocarros de turismo.

Parlamento adota metas mais rigorosas de emissões de CO₂ em camiões e autocarros

O Parlamento Europeu [adotou](#) novas medidas, já acordadas com o Conselho, para reforçar os objetivos de redução das emissões de CO₂ dos veículos pesados novos. O regulamento, relativo às emissões dos novos camiões, autocarros e reboques, foi aprovado pelos eurodeputados, esta quarta-feira, com 341 votos a favor, 268 contra e 14 abstenções.

As emissões de CO₂ dos camiões de grande porte (incluindo veículos de serviço como camiões de recolha de lixo, basculantes ou betoneiras) e autocarros terão de ser reduzidas em 45 % para o período 2030-2034, em 65 % para o período 2035-2039 e 90 % a partir de 2040. Até 2030, os novos autocarros urbanos deverão reduzir as suas emissões em 90 % e, até 2035, tornar-se veículos de emissões nulas. São igualmente fixados objetivos de redução das emissões para os reboques (7,5 %) e os semirreboques (10 %), a partir de 2030.

De acordo com a proposta, a Comissão deve, até 2027, analisar em pormenor a eficácia e o impacto das novas regras. Entre outros aspetos, esta revisão deverá avaliar se as regras devem ser aplicadas aos pequenos camiões, o papel de uma metodologia para o registo de veículos pesados que funcionam exclusivamente com combustíveis neutros em termos de CO₂ e o papel que um fator de correção do carbono poderia ter na transição para veículos pesados de emissões nulas.



Saúde

Mercúrio: Parlamento Europeu adota regras para eliminar gradualmente a utilização de amálgama dentária

A revisão do Regulamento Mercúrio [tem](#) como objetivo estabelecer uma Europa livre de mercúrio para proteger os cidadãos da UE e o ambiente do mercúrio tóxico. O Parlamento Europeu adotou, na quarta-feira, o acordo político provisório com os países da UE sobre a [proposta da Comissão](#) para abordar as restantes utilizações de mercúrio em produtos na UE, em conformidade com os compromissos estabelecidos na [Ambição de Poluição Zero da UE](#), com 575 votos a favor, 12 contra e 38 abstenções.

Apesar de existirem alternativas viáveis sem mercúrio, cerca de 40 toneladas de mercúrio continuam a ser utilizadas anualmente na UE para amálgamas dentárias, uma vez que as regras atuais apenas proíbem a utilização de amálgamas dentárias no tratamento de dentes de crianças com menos de 15 anos, bem como de mulheres grávidas e lactantes.

A nova legislação eliminará progressivamente a utilização de amálgamas dentárias na UE até 1 de janeiro de 2025, exceto se for considerado estritamente necessário pelo médico dentista com base nas necessidades médicas específicas do paciente, devidamente justificadas.

Os países da UE que ainda não ajustaram o seu sistema de reembolso para abranger alternativas podem adiar a eliminação progressiva até 30 de junho de 2026, a fim de evitar repercussões negativas para as pessoas com baixos rendimentos que, de outro modo, seriam afetadas de forma socioeconómica desproporcionada pela eliminação progressiva. A exportação de amálgamas dentárias será igualmente proibida a partir de 1 de janeiro de 2025, enquanto o fabrico e a importação para a UE serão proibidos a partir de 1 de julho de 2026.

Parlamento Europeu adota a sua posição sobre a reforma farmacêutica da UE

Os eurodeputados [adotaram](#) as suas propostas de reforma da legislação farmacêutica da UE, a fim de promover a inovação e reforçar a segurança do abastecimento, a acessibilidade e a acessibilidade dos preços dos medicamentos. O pacote legislativo, que abrange os medicamentos para uso humano, é composto por uma nova diretiva (aprovada com 495 votos a favor, 57 contra e 45 abstenções) e um regulamento (aprovado com 488 votos a favor, 67 contra e 34 abstenções).

Os eurodeputados querem introduzir um período mínimo de proteção regulamentar dos dados (durante o qual outras empresas não podem aceder aos dados do produto) de sete anos e meio, para além de dois anos de proteção do mercado (durante os quais os produtos genéricos, híbridos ou biossimilares não podem ser vendidos), após uma autorização de introdução no mercado.

As empresas farmacêuticas serão elegíveis para períodos adicionais de *proteção de dados* se o seu produto específico responder a uma necessidade médica não satisfeita (+12 meses), se estiverem a ser realizados ensaios clínicos comparativos com o produto (+6 meses) e se uma parte significativa da investigação e desenvolvimento do produto tiver lugar na UE e, pelo menos em parte, em colaboração com entidades de investigação da UE (+6 meses). Os eurodeputados querem também um limite máximo para o período combinado de proteção de dados de oito anos e meio. O Parlamento Europeu propõe uma prorrogação única (+12 meses) do período de *proteção* de dois anos se a empresa obtiver uma autorização de introdução no mercado para uma indicação terapêutica adicional que proporcione uma proteção de dados significativa.



Tecnologia e Informática

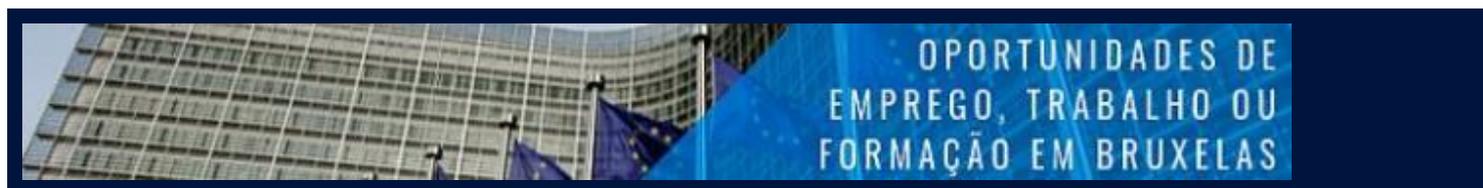
A UE e os EUA realizam um quarto Diálogo Conjunto sobre a Política de Concorrência no Domínio da Tecnologia

A vice-presidente executiva da Comissão Europeia, Margrethe Vestager, a presidente da Comissão Federal do Comércio dos EUA, Lina Khan, e o procurador-geral adjunto da Divisão Anti-trust do Departamento de Justiça dos EUA, Jonathan Kanter, encontraram-se em Washington para a quarta reunião do Diálogo Conjunto UE-EUA sobre a Política de Concorrência no Domínio da Tecnologia. O objetivo do [diálogo](#) é reforçar ainda mais a cooperação, a fim de garantir e promover uma concorrência leal na economia digital.

O diálogo centrou-se nos seguintes aspetos: i) as tecnologias em rápida evolução no setor digital, como a inteligência artificial e a computação em nuvem, ii) a garantia de que a aplicação da legislação em matéria de concentrações tem em conta as realidades da economia digital moderna e iii) a melhor forma de ter em consideração a evolução da dinâmica do mercado no setor digital, em particular no que diz respeito às plataformas tecnológicas.

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2024](#) e [2025](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

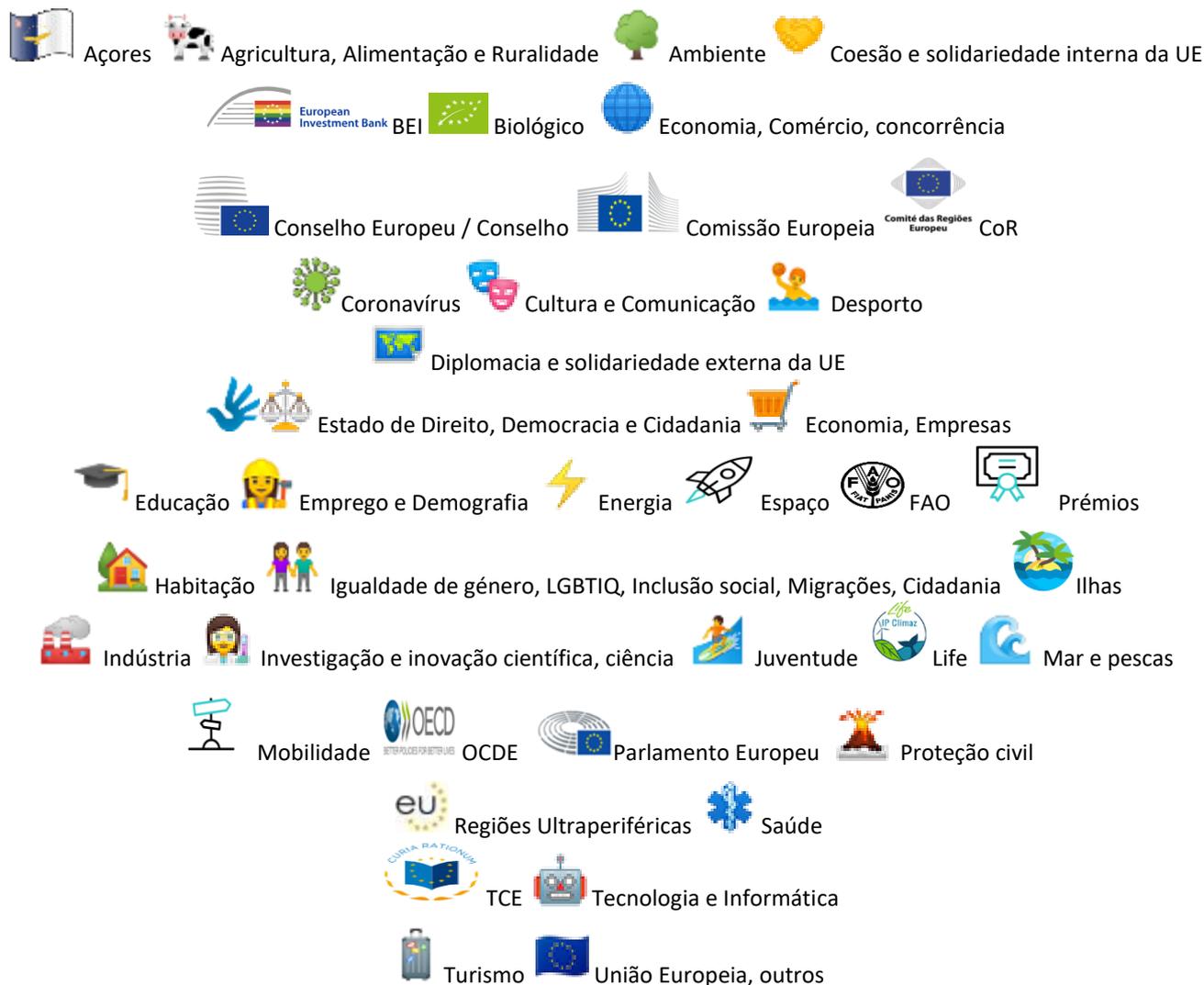


O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: Título da notícia a vermelho, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!